

GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE

Termo de Referência 14/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
14/2026	120632-GRUPAMENTO DE APOIO DE RECIFE	MARCOS ANDRE DOS SANTOS	07/05/2026 10:55 (v 0.10)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		67445.001782/2025-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais odontológicos de dentística atenderá às necessidades da ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UND	REQ. MÍN.	REQ. MÁX.	QNT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	DISCOS DE CONTORNO E POLIMENTO TIPO SOF-LEX POP ON - 2380B (KIT LARANJA) - 3M ESPE OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES DE RESINA COMPOSTA E IONÔMERO DE VIDRO DAS SUPERFÍCIES INTERPROXIMAIS. CARACTERÍSTICAS: OS DISCOS APRESENTAM CENTRO METÁLICO PARA FACILITAR O ENCAIXE DO MANDRIL ESPECÍFICO PARA O SISTEMA QUE DEVE SER ACOPLADO NUM CONTRA-ÂNGULO. OS DISCOS SÃO DESCARTÁVEIS E COMPOSTOS DE DORSO / COSTADO DE POLÉSTER COBERTO COM ABRASIVO DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, APRESENTANDO-SE EM QUATRO GRANULAÇÕES: GROSSO, MÉDIO, FINO E SUPERFINO. APRESENTAÇÃO COMERCIAL: KIT CONTENDO 120 DISCOS DE CONTORNO E POLIMENTO, INCLUINDO ABRASIVOS: GROSSO (30UND), MÉDIO (30UND), FINO (30UND) E SUPERFINO (30UND), COM DIÂMETROS DE 1/2" E 1 MANDRIL RA (CONTRA- ÂNGULO). UNIDADE DE REF.: KIT OU CONJUNTO. CATMAT: 438117	438117	KIT	30	56	56	R\$ 494,31	R\$ 27.681,36
2	DISCOS DE CONTORNO E POLIMENTO TIPO SOF-LEX POP ON - 3M ESPE (REPOSIÇÃO),OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR COM DIÂMETRO DE 1/2"(OU 3/8"), SÉRIE LARANJA INDICADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES DE RESINA COMPOSTA E IONÔMERO DE VIDRO. COMPOSTOS DE DORSO DE POLIURETANO COBERTO COM ABRASIVO DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, APRESENTANDO-SE EM QUATRO GRANULAÇÕES: POLIURETANO COBERTO COM ABRASIVO DE ÓXIDO DE ALUMÍNIO, APRESENTANDO-SE EM QUATRO GRANULAÇÕES: GROSSO, MÉDIO, FINO E SUPERFINO. APRESENTAÇÃO: 30 DISCOS DE CONTORNO E	446173	KIT	25	53	53	R\$ 169,26	R\$ 8.970,78

	POLIMENTO, COM ABRASIVO: GROSSO (OU MÉDIO OU FINO OU SUPERFINO). UNIDADE DE REF.: KIT OU CONJUNTO COM 30 UNIDADES. CATMAT: 446173							
3	FLÚOR PARA APLICAÇÃO TÓPICA, TIXOTRÓPICO, PARA USO PROFISSIONAL, NEUTRO, FRASCO CONTENDO 200 ML SEM SABOR. UNIDADE DE REF.: FRASCO COM 200 ML. CATMAT: 428103	428103	FR 200 ML	100	176	176	R\$ 10,00	R\$ 1.760,00
4	ÁCIDO FOSFÓRICO NA CONCENTRAÇÃO DE 37% COM CLORHEXIDINA A 2%, PARA USO ODONTOLÓGICO PROFISSIONAL EM CONDICIONAMENTO DENTAL. APRESENTADO EM FORMA DE GEL, ACONDICIONADO EM PACOTE COM 3 SERINGAS DE 2,5ML. TIPO FGM OU VILLEVIE OU ACID GEL OU MAQUIRA OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: PACOTE COM 3 FRASCOS DE 2,5 ML. CATMAT: 426464	426464	PC 3 FR 2,5 ML	600	734	734	R\$ 10,00	R\$ 7.340,00
5	MATRIZ DE AÇO 0,05 X 7MM X 50CM (BANDA MATRIZ), APRESENTADA EM ROLO ACONDICIONADO EM ESTOJO PLÁSTICO RESISTENTE FAVORECENDO ASEPSIA DO MATERIAL E SUA CONSERVAÇÃO. TIPO INJECTA OU MAQUIRA OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: ROLO COM 50 CENTÍMETROS. CATMAT: 406146	406146	RL 50 CM	120	169	169	R\$ 4,45	R\$ 752,05
6	POTE DAPPEN DE SILICONE. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 411440	411440	UN	20	50	50	R\$ 4,17	R\$ 208,50
7	PRENDEDOR PARA BABADOR TIPO JACARÉ COM CORRENTE E GARRAS EM METAL. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 253697	253697	UN	40	87	87	R\$ 11,00	R\$ 957,00
8	FIO DENTAL 500 M FIO DE POLIAMIDA DE ESPESSURA MÉDIA, REVESTIDO COM CERA MINERAL, AROMATIZADO, PARA HIGIENIZAÇÃO DENTÁRIA, COM 100 METROS, EMBALADO EM ESTOJO DE PLÁSTICO RÍGIDO, COM CORTADOR DE FIO. A EMBALAGEM EXTERNA DEVE APRESENTAR DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, DO FABRICANTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VENCIMENTO, DEVENDO APRESENTAR 90% DO PRAZO DE VALIDADE A VENCER A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NO ALMOXARIFADO. SELO DE APROVAÇÃO PELA ABO. CATMAT: 415530	415530	UN	75	132	132	R\$ 15,00	R\$ 1.980,00
9	MICRO APLICADORES DESCARTÁVEIS TIPO MICROBRUSH PINCEL, COM 02 (DOIS) PONTOS DE DOBRA FINOS. UNIDADE DE REF.: CX C/100 UNIDADES. CATMAT 410559	410559	CX 100 UN	450	558	558	R\$ 8,30	R\$ 4.631,40
10	CIMENTO À BASE DE IONÔMERO DE VIDRO DE PRESA QUÍMICA, PARA RESTAURAÇÃO DENTAL APRESENTADO NA FORMA DE PÓ QUE DEVE SER MISTURADO AO ÁCIDO POLIACRÍLICO NO MOMENTO DA SUA UTILIZAÇÃO; IONÔMERO DE VIDRO RESTAURADOR (R), CARTUCHO CONTENDO: 1 FRASCO COM 10G DE PÓ + 1 FRASCO COM 8ML DE LÍQUIDO + 1 COLHER MEDIDORA + 1 BLOCO PARA ESPATULAÇÃO. TIPO VITROFILL, MAXXION R, VITREMER 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.:KIT OU CONJUNTO. CATMAT:436843	436843	KIT	150	250	250	R\$ 120,00	R\$ 30.000,00
11	ÓLEO LUBRIFICANTE SPRAY P/ CANETAS DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO. ACONDICIONADO EM FRASCO COM 200ML. ACOMPANHA ADAPTADOR PLÁSTICO PARA PONTAS ACADÊMICAS. TIPO MAQUIRA OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: FRASCO COM 200 ML. CATMAT 246952	246952	FR 200 ML	50	116	116	R\$ 52,29	R\$ 6.065,64
12	PLACA DE VIDRO COM 10 MM DE ESPESSURA. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT 415008	415008	UN	15	41	41	R\$ 19,80	R\$ 811,80
13	ÁLCOOL ETÍLICO, ASPECTO FÍSICO LÍQUIDO LÍMPIDO, INCOLOR, VOLÁTIL, TEOR ALCOÓLICO DE 70º INPM. CARACTERÍSTICA ADICIONAL HIDRATADO. ACONDICIONADO EM RECIPIENTE PLÁSTICO	269941	FR 1 L	700	885	885	R\$ 11,74	R\$ 10.389,90

	TRANSLÚCIDO COM 1 LITRO. UNIDADE DE REF.: FRASCO COM 1 LITRO. CATMAT 269941							
14	ESCOVA DE ROBSON CÔNICA BRANCA PARA CONTRA-ÂNGULO. TIPO MICRODONT, PREVEN OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 404892	404892	UN	600	737	737	R\$ 8,34	R\$ 6.146,58
15	BABADOR DESCARTÁVEL IMPERMEÁVEL COMPOSTO DE UMA CAMADA DE PAPEL + PLÁSTICO, ACONDICIONADO EM PACOTE C/ 100UNID. UNIDADE DE REF.: PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT 268178	268178	PC 100 UN	1000	1215	1215	R\$ 23,45	R\$ 28.491,75
16	TOUCA DE ELÁSTICO DESCARTÁVEL NA COR BRANCA FABRICADA EM POLIPROPILENO DE GRAMATURA IGUAL OU SUPERIOR A 30G/M2. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA.UNIDADE DE REF.: (PACOTE COM 100 UNIDADES) CATMAT 428620	428620	PC 100 UN	200	284	284	R\$ 21,71	R\$ 6.165,64
17	COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS EM TAMANHO DE 7,5 X 7,5 CM, COM 8 DOBRAS. A COMPRESSA ABERTA TEM APROXIMADAMENTE 420CMZ, NA COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, QUE EVITAM SOLTURA DE FIOS, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO PREJUDICIAL À SUA PERFEITA UTILIZAÇÃO. EMBALADA EM PLÁSTICO COM 500UNIDADES. TIPO MEDIHOUSE OU BD OU CREMER OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: PACOTE COM 500 UNIDADES. CATMAT 269971	269971	PC 500 UN	800	977	977	R\$ 85,63	R\$ 83.660,51
18	CLORETO DE SÓDIO A 0,9% (SORO FISIOLÓGICO), SOLUÇÃO ESTÉRIL. UNIDADE DE REF.: FRASCO COM 250 ML. CATMAT 268236	268236	FR 250 ML	200	232	232	R\$ 12,00	R\$ 2.784,00
19	ADESIVO UNIVERSAL SOLVENTE A BASE DE ETANOL. PODE SER APLICADO TANTO EM DENTINA ÚMIDA QUANTO SECA, PODE SER USADO COMO SILANO NAS CERÂMICAS VÍTREAS (FELDSPÁTICAS E DISSILICATO DE LÍTIO), CERÂMICAS INFILTRADAS POR VIDRO (ALUMINAS) E LAVA ZIRCÔNIA. PERMITE MAIOR ADESÃO AO ESMALTE, UTILIZADO COMO PRIMER METÁLICO. AUMENTA A ADESÃO NA TÉCNICA AUTOCONDICIONANTE. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 391137	391137	UN	180	227	227	R\$ 264,15	R\$ 59.962,05
20	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE, TIPO SACOLÉ, MEDINDO: 40 X 280MM, COM ABERTURA NA DIMENSÃO MENOR, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM COM 100 UNIDADES. UNIDADE DE REF.: PACOTE COM 100 UNIDADES. CATMAT: 230186	230186	PC 100 UN	600	679	679	R\$ 12,51	R\$ 8.494,29
21	BROQUEIRO EM METAL COM 15 FUROS TIPO MISTO FG/CA PARA PONTA DIAMANTADA E CONTRA-ÂNGULO CONFECCIONADO EM AÇO INOXIDÁVEL DE PRIMEIRA QUALIDADE, AUTOCLAVÁVEL TIPO FAVA, UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 419514	419514	UN	20	46	46	R\$ 36,05	R\$ 1.658,30
22	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°1012, FORMATO ESFÉRICA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JET OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR EQUIVALENTE OU SUPERIOR. EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO PARA O PRIMEIRO USO.UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 402945	402945	UN	450	586	586	R\$ 20,67	R\$ 12.112,62
23	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°1014, FORMATO ESFÉRICA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JET OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR EQUIVALENTE OU SUPERIOR. EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO PARA O PRIMEIRO USO.UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 402947	402947	UN	450	541	541	R\$ 20,67	R\$ 11.182,47

24	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°1014HL EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO PARA O PRIMEIRO USO.UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 403373	403373	UN	250	345	345	R\$ 20,67	R\$ 7.131,15
25	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°1016HL, FORMATO ESFÉRICA, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JET SIMILAR OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR, EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO PARA O USO.UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 403373	403373	UN	200	291	291	R\$ 20,67	R\$ 6.014,97
26	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°4138, FORMATO CÔNICA ARREDONDADA, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JET OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR . EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO PARA O USO. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 437784	437784	UN	550	601	601	R\$ 20,67	R\$ 12.422,67
27	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°3118, FORMATO CÔNICA CHAMA, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JET, OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR , EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO PARA O USO. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 403093	403093	UN	400	467	467	R\$ 20,67	R\$ 9.652,89
28	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°2200, FORMATO CÔNICA CHAMA, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIAE COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JETOU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO PARA O USO. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 403796	403796	UN	400	470	470	R\$ 20,67	R\$ 9.714,90
29	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°3195, FORMATO CÔNICA CHAMA, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JET OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR . EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO PARA O USO. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 402982	402982	UN	400	450	450	R\$ 20,67	R\$ 9.301,50
30	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°3118F, ACABAMENTO FINO, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JET OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR . EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL ESTERILIZADO PARA O USO. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 403150	403150	UN	150	215	215	R\$ 20,67	R\$ 4.444,05
31	PONTA DIAMANTADA PARA ALTA ROTAÇÃO N°3168F, ACABAMENTO FINO, EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÕES CONTROLADAS COM CERTIFICADO DE QUALIDADE ISO 9002. TIPO KG SORENSEN OU JET OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR . EMBALADA EM UM BLISTER INDIVIDUAL, ESTERILIZADO	403152	UN	100	190	190	R\$ 20,67	R\$ 3.927,30

	AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MICRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A1B TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163							
41	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MICRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A2B TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	40	81	81	R\$ 243,60	R\$ 19.731,60
42	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MICRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A3B TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	50	105	105	R\$ 243,60	R\$ 25.578,00
43	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MICRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR B2B TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	30	53	53	R\$ 243,60	R\$ 12.910,80
44	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL FLOW, BAIXA VISCOSIDADE E FOTOPOLIMERIZÁVEL COM INCREMENTOS DE ATE 4MM. CONTÉM RESINAS BISGMA, UDMA, BISEMA(6) E PROCYLAT. AS PARTÍCULAS DE CARGA SÃO UMA COMBINAÇÃO DE TRIFLUORETO DE ITÉRBIO DE 0,1 A 5,0 MICRONS E ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO MÉDIO DE 0,01 A 3,5 MM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM APROXIMADAMENTE 64,5% DE SEU PESO (42,5% EM VOLUME). SERINGA 2G NA COR A1.TIPO BULK FILL OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 419656	419656	UN	100	171	171	R\$ 175,00	R\$ 29.925,00
45	RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZAVEL FLOW, BAIXA VISCOSIDADE E FOTOPOLIMERIZÁVEL COM INCREMENTOS DE ATE 4MM. CONTÉM RESINAS BISGMA, UDMA, BISEMA(6) E PROCYLAT. AS PARTÍCULAS DE CARGA SÃO UMA COMBINAÇÃO DE TRIFLUORETO DE ITÉRBIO DE 0,1 A 5,0 MICRONS E ZIRCÔNIA/SÍLICA COM TAMANHO MÉDIO DE 0,01 A 3,5 MM. A CARGA INORGÂNICA CONSISTE EM APROXIMADAMENTE 64,5% DE SEU PESO (42,5% EM VOLUME). SERINGA 2G NA COR A2.TIPO BULK FILL OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 419656	419656	UN	100	191	191	R\$ 175,00	R\$ 33.425,00

	BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO USO: DESCARTÁVEL. UNIDADE DE REF.: CAIXA COM 100 UNIDADES. CATMAT: 421124							
54	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO - LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, MODELO: FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE: RESISTENTE À TRAÇÃO, TIPO: AMBIDESTRA, TAMANHO: GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO USO: DESCARTÁVEL. UNIDADE DE REF.: CAIXA COM 100 UNIDADES. CATMAT: 335904	335904	CX 100 UN	450	581	581	R\$ 33,13	R\$ 19.248,53
55	ESCOVA À BASE DE CARBETO DE SILÍCIO PARA POLIMENTO DE RESINAS COMPOSTAS, CERÂMICAS, COMPÔMEROS E IONÔMERO DE VIDRO, BEM COMO REMOVER PIGMENTAÇÕES EXTERNAS, CONFERINDO ALTO BRILHO, SEM A NECESSIDADE DE USO DE PASTA POLIDORA. APRESENTAÇÃO EM KIT COM 3 UNIDADES, PODENDO SER UNIVERSAL, UNIVERSAL MINI E OCLUSAL. PADRÃO DE REFERÊNCIA: SILICON CARBIDE BRUSH COSMEDENT OU DE MELHOR QUALIDADE. UNIDADE DE REFERÊNCIA: CAIXA COM 3 UNIDADES. CATMAT: 431407	431407	CX 3 UN	15	48	48	R\$ 48,21	R\$ 2.544,00
56	DISCO ESPIRAL, EMBORRACHADO E DIAMANTADO PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES DE RESINA COMPOSTA, IONÔMERO DE VIDRO E CERÂMICA. ENCAIXE TIPO POP-ON. KIT COM 6 DISCOS, SENDO 3 PARA ACABAMENTO (BEGE) E 3 PARA POLIMENTO (ROSA) – TIPO SOF-LEX DISCOS ESPIRAIS 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REFERÊNCIA: CAIXA COM 6 UNIDADES. CATMAT 439945	439945	CX 6 UN	45	81	81	R\$ 220,00	R\$ 17.820,00
57	VERNIZ DE FLUORETO DE SÓDIO A 5% (22600 PPM) PARA USO PROFISSIONAL, DE COR ACASTANHADA, QUE POSSIBILITA UM ADEQUADO CONTROLE VISUAL DURANTE A APLICAÇÃO. INDICADO PARA TRATAMENTO DE LESÕES INCIPIENTES DE CÁRIE E OUTRAS DESMINERALIZAÇÕES DO ESMALTE E DENTINA. APRESENTAÇÃO EM BISNAGA DE 10 ML. UNIDADE DE REFERÊNCIA: BISNAGA DE 10ML. CATMAT: 428166	428166	BS 10 ML	20	40	40	R\$ 31,00	R\$ 1.240,00
58	DESSENSIBILIZANTE DENTINÁRIO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: HIDROXIETILMETACRILATO. COMPOSIÇÃO ADICIONAL: GLUTARALDEÍDO. ASPECTO FÍSICO: SOLUÇÃO. CONCENTRAÇÃO: 35% + 5% APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 5ML. UNIDADE DE REFERÊNCIA: FRASCO COM 5ML. CATMAT 430512	430512	FR 5 ML	25	49	49	R\$ 79,89	R\$ 3.914,61
59	DESSENSIBILIZANTE DENTINÁRIO. COMPOSIÇÃO BÁSICA: NITRATO DE POTÁSSIO. COMPOSIÇÃO ADICIONAL: FLUORETO DE SÓDIO ASPECTO FÍSICO: GEL. CONCENTRAÇÃO: 5% + 0,2% APRESENTAÇÃO: UNIDADE DE REFERÊNCIA: SERINGA. CATMAT 431743	431743	SR	44	88	88	R\$ 65,94	R\$ 5.802,72
60	SUGADOR DE SALIVA DESCARTÁVEL CONFECCIONADO EM PVC ATÓXICO E HIGIÊNICO, COM PONTAS FUNDIDAS QUIMICAMENTE AO TUBO GALVANIZADO PARA EVITAR OXIDAÇÃO, PACOTE COM 40 UNIDADES COLORIDAS. UNIDADE DE REF.: PCT C/40 UNIDADES. CATMAT 406292	406292	PC 40 UN	1200	1480	1480	R\$ 15,36	R\$ 22.732,80
61	AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, 30G/M2, MANGA LONGA, PUNHO COM ELÁSTICO, BRANCA, TAMANHO ÚNICO EM TNT 100% POLIPROPILENO. DEVE APRESENTAR REGISTRO NA ANVISA. APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES	604944	PC 10 UN	2200	2776	2776	R\$ 60,00	R\$ 166.560,00
62	ALGODÃO HIDROFILO ROLETE - ALGODÃO HIDROFILO ROLETE	628477	UN	2000	2125	2125	R\$ 13,60	R\$ 28.900,00
63	AVENTAL HOSPITALAR PARA PROCEDIMENTO NÃO ESTÉRIL. CONFECCIONADO EM NÃO TECIDO 100%	609300	PC 10 UN	700	890	890	R\$ 43,18	R\$ 38.430,20

	POLIPROPILENO, GRAMATURA MÍNIMA DE 40 G/M2, TECNOLOGIA SMS. MANGAS LONGAS COM ELÁSTICO NOS PUNHOS, ABERTURA NAS COSTAS COM TIRAS PARA FIXAÇÃO E CINTO PARA MELHOR AJUSTE. REPELENTE A ÁGUA E FLUIDOS ORGÂNICOS, COM BARREIRA CONTRA AGENTES BIOLÓGICOS COM BAIXA LIBERAÇÃO DE PARTICULAS. ISENTO DE LÁTEX, NÃO INFLAMÁVEL. TAMANHO 120 X 145 CM, DESCARTÁVEL. EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES REF: UNIDADE. CATMAT: 609300							
64	ESCOVA DE ROBSON RETA BRANCA PARA CONTRA-ÂNGULO. TIPO MICRODONT, PREVEN. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 404892	404892	UN	400	515	515	R\$ 8,34	R\$ 4.295,10
65	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A1E TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	25	53	53	R\$ 243,60	R\$ 12.910,80
66	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A2E TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	35	78	78	R\$ 243,60	R\$ 19.000,80
67	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A3,5E TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	45	72	72	R\$ 243,60	R\$ 17.539,20
68	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR B1E TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	20	38	38	R\$ 243,60	R\$ 9.256,80
69	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%,	407163	UN	25	39	39	R\$ 243,60	R\$ 9.500,40

	EM PESO. COR B1B TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163							
70	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A1B TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	30	51	51	R\$ 243,60	R\$ 12.423,60
71	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A3,5B TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	60	93	93	R\$ 243,60	R\$ 22.654,80
72	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A1D TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	10	27	27	R\$ 243,60	R\$ 6.577,20
73	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A2D TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	25	42	42	R\$ 243,60	R\$ 10.231,20
74	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM TECNOLOGIA DE NANOPARTÍCULA, DE SÍLICA NÃO-AGLOMERADA DE 20 NM E NANOAGLOMERADOS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA, AGLOMERADOS LIGADOS LIVREMENTE, CONSISTINDO EM AGLOMERADOS DE PARTÍCULAS PRIMÁRIAS DE ZIRCÔNIA/SÍLICA COM CARGAS DE TAMANHO ENTRE 5-20 NM. O TAMANHO DA PARTÍCULA AGLOMERADA VARIA ENTRE 0,6 E 1,4 MÍCRONS. A PORCENTAGEM DE CARGA É DE 78,5%, EM PESO. COR A3D TIPO Z350 3M OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 407163	407163	UN	15	39	39	R\$ 243,60	R\$ 9.500,40
75	OBTURADOR PROVISÓRIO COMPOSTO POR ÓXIDO DE ZINCO , POTE COM 25G.	404546	PT 25 G	80	94	94	R\$ 18,90	R\$ 1.776,60
76	PASTA PROFILÁTICA COM FLÚOR SEM ÓLEO A BASE DE CARBONATO DE CALCIO, PEDRA POMES, GLICERINA, LAURIL, SULFATO SE SODIO E FLAVORIZANTE, SABOR TUTTI-FRUTTI OU MENTA.	417702	UN	20	77	77	R\$ 18,39	R\$ 1.416,03

77	KIT COMPOSTO POR MATRIZES SORTIDAS E INDIVIDUALIZADAS, COM 0,05MM DE ESPESSURA, EM ÁCIDO INOXIDÁVEL, PARA RESTAURAÇÕES DE CLASSE II EM PRÉ MOLARES E MOLARES, 1 GRAMPO (HARD - MAIOR PRESSÃO) COM ÂNGULO DE 15° QUE PERMITE A PERFEITA ADAPTAÇÃO DAS EXTREMIDADES, AO MESMO TEMPO QUE POSSIBILITA A SOBREPOSIÇÃO E 1 CONJUNTO DE PROTETORES DE SILICONE TRIANGULARES. AS MATRIZES DEVEM APRESENTAR TAMANHOS E FORMATOS DIVERSIFICADOS: PEQUENA, MÉDIA E GRANDE.	449682	UN	15	28	28	R\$ 305,58	R\$ 8.556,24
78	MATRIZ FORMATO BULMERANGUEPRODUZIDAS EM AÇO INOXIDÁVEL EM 3 DIFERENTES MODELOS, PARA PÉ-MOLAR, MOLAR E N°1. ESPESSURA DE 0,05MM, IDEAIS PARA RESTAURAÇÕES CLASSE II. CARACTERÍSTICAS: PRÉ-CORTADA, PRONTA PARA USO.	419189	UN	15	35	35	R\$ 20,50	R\$ 717,50
79	KIT DE POLIDORES DIAMANTADOS EM ESPIRAL PARA POLIMENTO DE RESINAS, FABRICADO EM DIAMANTE NATURAL COM DIFERENTES GRANULAÇÕES, PARA ADAPTAÇÃO EM CONTRA- ÂNGULO QUE DISPENSA O USO DE PASTA DIAMANTADA.	438118	UN	15	44	44	R\$ 190,00	R\$ 8.360,00
80	ESCOVA DE PELO DE CABRA PARA POLIMENTO DE RESTAURAÇÕES EM RESINA COMPOSTA. ADAPTADAS EM CONTRA-ÂNGULO COM DIMENSÕES DE 12MMX23MM.	431409	UN	30	70	70	R\$ 26,00	R\$ 1.820,00
81	ANEL PARA MATRIZ SECCIONAL TECNOLOGIA ALL IN ONE, DE ADAPTAÇÃO UNIVERSAL, FEITO DE ALÇA QUE ATUA COMO PINÇA E PONTEIRAS DE PLÁSTICO, UTILIZADO COM MATRIZES INDIVIDUALIZADAS EM RESTAURAÇÕES TIPO CLASSE II.	406147	UN	15	32	32	R\$ 200,67	R\$ 6.421,44
82	CUNHAS DE PLÁSTICO COM FORMATO EM "V" OCA, QUE AJUSTA-SE A ANATOMIA INTERPROXIMAL DOS DENTES, DESIGN INOVADOR E GEOMETRIA EXCLUSIVA DA CABEÇA ARREDONDADA PARA FACILITAR O MANUSEIO, POSSUEM VARIEDADE DE CORES VIBRANTES PARA IDENTIFICAÇÃO FÁCIL, RÁPIDA E EFICIENTE E DIFERENTES TAMANHOS DISPONÍVEIS, PEQUENO, EXTRA PEQUENO, MÉDIO, EXTRA MÉDIO, GRANDE, EXTRA GRANDE E PROFUNDO, QUE GARANTEM UMA ADAPTAÇÃO PRECISA A FORMATOS ANATÔMICOS VARIADOS.	413115	UN	25	59	59	R\$ 42,27	R\$ 2.493,93
83	RESINA COMPOSTA DE USO UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. SUPRA-NANO PARTICULADA. NATUREZA: SILICA-ZIRCONIA. MORFOLOGIA: ESFÉRICA. TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS: 0,2 MM. PARTÍCULAS SÃO MONODISPERSAS, POIS APRESENTAM DIMENSÕES HOMOGÊNEAS. CONCENTRAÇÃO EM PESO: 82%. CONCENTRAÇÃO EM VOLUME: 71%. FASE ORGÂNICA (MONÔMEROS): BIS-GMA E TEGDMA. COR:B1	447968	UN	10	25	25	R\$ 240,00	R\$ 6.000,00
84	RESINA COMPOSTA DE USO UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. SUPRA-NANO PARTICULADA. NATUREZA: SILICA-ZIRCONIA. MORFOLOGIA: ESFÉRICA. TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS: 0,2 MM. PARTÍCULAS SÃO MONODISPERSAS, POIS APRESENTAM DIMENSÕES HOMOGÊNEAS. CONCENTRAÇÃO EM PESO: 82%. CONCENTRAÇÃO EM VOLUME: 71%. FASE ORGÂNICA (MONÔMEROS): BIS-GMA E TEGDMA. COR: A1	447968	UN	10	23	23	R\$ 240,00	R\$ 5.520,00
85	RESINA COMPOSTA DE USO UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. SUPRA-NANO PARTICULADA. NATUREZA: SILICA-ZIRCONIA MORFOLOGIA: ESFÉRICA. TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS: 0,2 MM. PARTÍCULAS SÃO	447968	UN	15	26	26	R\$ 240,00	R\$ 6.240,00

	MONODISPERSAS, POIS APRESENTAM DIMENSÕES HOMOGÊNEAS. CONCENTRAÇÃO EM PESO: 82%. CONCENTRAÇÃO EM VOLUME: 71%. FASE ORGÂNICA (MONÔMEROS): BIS-GMA E TEGDMA. COR: A2							
86	RESINA COMPOSTA DE USO UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. SUPRA-NANO PARTICULADA. NATUREZA: SILICA-ZIRCONIA. MORFOLOGIA: ESFÉRICA. TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS: 0,2 MM. PARTÍCULAS SÃO MONODISPERSAS, POIS APRESENTAM DIMENSÕES HOMOGÊNEAS. CONCENTRAÇÃO EM PESO: 82%. CONCENTRAÇÃO EM VOLUME: 71%. FASE ORGÂNICA (MONÔMEROS): BIS-GMA E TEGDMA. COR: A3	447968	UN	10	17	17	R\$ 240,00	R\$ 4.080,00
87	RESINA COMPOSTA DE USO UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. SUPRA-NANO PARTICULADA. NATUREZA: SILICA-ZIRCONIA. MORFOLOGIA: ESFÉRICA. TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS: 0,2 MM. PARTÍCULAS SÃO MONODISPERSAS, POIS APRESENTAM DIMENSÕES HOMOGÊNEAS. CONCENTRAÇÃO EM PESO: 82%. CONCENTRAÇÃO EM VOLUME: 71%. FASE ORGÂNICA (MONÔMEROS): BIS-GMA E TEGDMA. COR: OA2	447968	UN	10	14	14	R\$ 240,00	R\$ 3.360,00
88	RESINA COMPOSTA DE USO UNIVERSAL PARA TODOS OS TIPOS DE RESTAURAÇÕES EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES. SUPRA-NANO PARTICULADA. NATUREZA: SILICA-ZIRCONIA. MORFOLOGIA: ESFÉRICA. TAMANHO MÉDIO DAS PARTÍCULAS: 0,2 MM. PARTÍCULAS SÃO MONODISPERSAS, POIS APRESENTAM DIMENSÕES HOMOGÊNEAS. CONCENTRAÇÃO EM PESO: 82%. CONCENTRAÇÃO EM VOLUME: 71%. FASE ORGÂNICA (MONÔMEROS): BIS-GMA E TEGDMA. COR: OA3	447968	UN	10	14	14	R\$ 240,00	R\$ 3.360,00
89	AGULHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, APLICAÇÃO GENGIVAL/ANESTESIA, DIMENSÃO 30 G CURTA, TIPO PONTA* COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, TIPO USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO C/ PROTETOR PLÁSTICO E LACRE. UNIDADE REF: CAIXA COM 100 UN. CATMAT 442145	442145	CX 100 UN	180	281	281	R\$ 46,87	R\$ 13.170,47
90	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, CADA ML CONTENDO 20 MG DE CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA A 2%, 10 MICROGRAMAS DE EPINEFRINA, TAMBÉM CONHECIDA COMO ADRENALINA, ISENTA DE METILPARABENO, ENVASADO EM TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML E ÊMBOS SILICONIZADOS, ALOJADOS EM BLÍSTERES LACRADOS COM 10 TUBETES CADA. UNIDADE DE REF.: CAIXAS COM 50 TUBETES. CATMAT 269888.	269888	CX 50 TB	150	254	254	R\$ 206,90	R\$ 52.552,60
91	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, COM CADA ML CONTENDO 20 MG DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA A 2%, 10 MICROGRAMAS DE EPINEFRINA, TAMBÉM CONHECIDA COMO ADRENALINA, ISENTA DE METILPARABENO, ENVASADO EM TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML E ÊMBOS SILICONIZADOS, ALOJADOS EM BLÍSTERES LACRADOS COM 10 TUBETES CADA, APRESENTADOS EM CAIXAS COM 50 TUBETES. UNIDADE DE REF.: CAIXA COM 50 TUBETES. CATMAT 397428.	397428	CX 50 TB	150	235	235	R\$ 201,98	R\$ 47.465,30
92	ANESTÉSICO INJETÁVEL LOCAL, COM CADA ML CONTENDO 30 MG DE CLORIDRATO DE MEPIVACAÍNA A 3%, ISENTA DE METILPARABENO, SEM VASOCONSTRICTOR, ENVASADO EM TUBETES DE CRISTAL COM 1,8ML E ÊMBOS SILICONIZADOS, ALOJADOS EM BLÍSTERES LACRADOS COM 10 TUBETES CADA. UNIDADE DE REF.: CAIXA COM 50 TUBETES. CATMAT 357788.	357788	CX 50 TB	15	28	28	R\$ 223,38	R\$ 6.254,64
93	ANESTÉSICO TÓPICO COM 20% DE BENZOCAÍNA,	272913	PT 12	160	172	172	R\$ 24,25	R\$ 4.171,00

	SABOR PINA- COLADA OU TUTTI-FRUTTI OU MENTA, APRESENTADO EM POTE COM 12 GRAMAS. UNIDADE DE REF.: POTE COM 12 GRAMAS. CATMAT 272913.		G					
94	MASCARA, CIRURGICA, TRIPLA, COM ELASTICO, DESCARTAVEL. UNIDADE DE REFERENCIA: CAIXA COM 50 UN. CATMAT; 485315	485315	CX 50 UN	230	445	445	R\$ 15,00	R\$ 6.675,00
95	LUVA DE PROCEDIMENTO, NITRÍLICA, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO P, UNIDADE DE REFERENCIA: CAIXA COM 100 UN. CATMAT: 619861	619861	CX 100 UN	100	179	179	R\$ 32,49	R\$ 5.815,71
96	LUVA DE PROCEDIMENTO, NITRÍLICA, NÃO ESTÉRIL, TAMANHO M, UNIDADE DE REFERENCIA: CAIXA COM 100 UN. CATMAT: 619824	619824	CX 100 UN	100	187	187	R\$ 29,63	R\$ 5.540,81
97	HIPOCLORITO DE SÓDIO A 2,5% (SOLUÇÃO BACTERICIDA PARA IRRIGAÇÃO DE CANAIS RADICULARES) TIPO BIODINÂMICA OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR OU EQUIVALENTE; EMBALAGEM COM 1L. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 437156.	437156	EB 1 L	180	232	232	R\$ 11,42	R\$ 2.649,44
98	OTOSPORIN - SOLUÇÃO OTOLÓGICA COMPOSTA POR HIDROCORTISONA 10 MG/ML, SULFATO DE POLIMIXINA B10.000 UI, SULFATO DE NEOMICINA 5 MG/ML. FRASCO COM 10 ML. TIPO FQM OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: FRASCO COM 10 ML. CATMAT: 270228	270228	FR 10 ML	20	49	49	R\$ 20,27	R\$ 993,23
99	CLORHEXIDINA (CLOREXIDINA) A 0,12% SEM FLÚOR PARA USO ODONTOLÓGICO INDICADA COMO ENXAGUATÓRIO ANTI- BACTERIANO COMPROVADAMENTE SEGURO E EFETIVO NO TRATAMENTO DE GENGIVITE PREVENÇÃO DE DOENÇAS PERIODONTAIS, E PARA PACIENTES IMPOSSIBILITADOS DE FAZER HIGIENE BUCAL. COMPOSIÇÃO: SOLUÇÃO BUCAL DE GLUCONATO DE CLORHEXIDINA A 0,12% SEM FLÚOR. CARACTERÍSTICAS: MECANISMO DE AÇÃO ESPECÍFICO E ATIVO CONTRA BACTÉRIAS GRAM-POSITIVAS E GRAM- NEGATIVAS. AÇÃO ANTI-BACTERIANA PROLONGADA APÓS BOCHECHOS COM POR 1 MINUTO, COM LIBERAÇÃO GRADUAL DA CLORHEXIDINA POR ATÉ 12 HORAS.REFRESCANTE SABOR DE MENTA. UNIDADE DE REF.: UNIDADE. CATMAT: 341175 (FRASCO DE 1L)	341175	FR 1 L	45	95	95	R\$ 74,00	R\$ 7.030,00
100	CAIXA DESCARTÁVEL PARA DESCARTE DE PERFURO CORTANTE, USO O DESPREZO POR MATERIAIS PERFUROCORTANTES PROVENIENTES DE CONSULTÓRIOS ODONTOLÓGICOS E OUTROS, CONFECCIONADO A PARTIR DE : PAPELÃO ONDULADO (CAIXA EXTERNA E BANDEJA), PAPEL RÍGIDO (CINTA INTERNA E FUNDO RÍGIDO) E SACO PLÁSTICO IMPERMEÁVEL. UNIDADE DE REF.: UNIDADE.. CATMAT: 407445	623108	UN	100	123	123	R\$ 9,98	R\$ 1.227,54
101	PAPEL CARBONO P/ ARTICULAÇÃO PRETO / VERMELHO CX C/ 280 TIRAS / 40 MICRAS EM FORMA DE "U" DUPLA FACE REF.: BK 86. TIPO ACCUFILM II – PARKELL OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE REF.: CAIXA C/ 280 TIRAS. CATMAT 406150	406150	CX 280 TR	20	55	55	R\$ 245,00	R\$ 13.475,00
102	FIO RETRATOR GENGIVAL NÃO IMPREGNADO Nº 0. TIPO RETRAFLEX OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR, ULTRAPAK OU PRORETRACT. UNIDADE REF.: CAIXA C/ 250CM. CATMAT 406615	406615	CX 250 CM	10	13	13	R\$ 90,33	R\$ 1.174,29
103	FIO RETRATOR GENGIVAL NÃO IMPREGNADO Nº 00. TIPO RETRAFLEX OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR, ULTRAPAK OU PRORETRACT. UNIDADE REF.: CAIXA C/ 250CM. CATMAT 406616	406616	CX 250 CM	10	19	19	R\$ 90,33	R\$ 1.716,27
104	FIO RETRATOR GENGIVAL NÃO IMPREGNADO Nº 000. TIPO RETRAFLEX OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE	406616	CX 250	10	28	28	R\$ 90,33	R\$ 2.529,24

	NORMA ABNT. UNIDADE DE REFERÊNCIA: PAR. CATMAT: 310176							
115	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO 7, ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃO LUBRIFICADA C/ PÓ BIO ABSORVÍVEL, ATÓXICA, TIPO USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, EMBALAGEM CONFORME NORMA ABNT. UNIDADE DE REFERÊNCIA: PAR. CATMAT: 269839	269839	PAR	800	1005	1005	R\$ 6,44	R\$ 6.472,20
116	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO 7,50, ESTERILIDADEESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM,APRESENTAÇÃO LUBRIFICADA C/ PÓ BIO ABSORVÍVEL, ATÓXICA, TIPO USODESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, EMBALAGEM CONFORME NORMA ABNT. UNIDADE DE REFERÊNCIA: PAR. CATMAT: 269838	269838	PAR	1500	2510	2510	R\$ 6,44	R\$ 16.164,40
117	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL LÁTEX NATURAL, TAMANHO 8, ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28CM, APRESENTAÇÃOLUBRIFICADA C/ PÓ BIO ABSORVÍVEL, ATÓXICA, TIPO USO DESCARTÁVEL, FORMATOANATÔMICO, EMBALAGEM CONFORME NORMA ABNT. UNIDADE DE REFERÊNCIA: PAR. CATMAT: 269838	269838	PAR	200	305	305	R\$ 6,44	R\$ 1.964,20
118	CONDICIONADOR ÁCIDO PARA PORCELANA CONTENDO ÁCIDO FLUORÍDRICO A 10%,TIPO FGM OU DENTSPLAY OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE REF.: SERINGA C/ 2,5 ML. CATMAT 391948CATMAT: 391908	391908	SR 2,5 ML	100	120	120	R\$ 18,36	R\$ 2.203,20
119	IDEM AO ITEM 61 – COTA RESERVADA PARA ME/EPP EM 10% - AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, 30G/M2, MANGA LONGA, PUNHO COM ELÁSTICO.	604944	PC 10 UN	209	309	309	R\$ 60,00	R\$ 18.540,00
120	IDEM AO ITEM 17 – COTA RESERVADA PARA ME/EPP EM 10% - COMPRESSA DE GAZE HIDRÓFILA, CONFECCIONADA COM 13 FIOS EM TAMANHO DE 7,5 X 7,5 CM, COM 8 DOBRAS. A COMPRESSA ABERTA TEM APROXIMADAMENTE 420CMZ, NA COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, QUE EVITAM SOLTURA DE FIOS, ISENTA DE QUALQUER DEFEITO PREJUDICIAL À SUA PERFEITA UTILIZAÇÃO. EMBALADA EM PLÁSTICO COM 500UNIDADES. TIPO MEDHOUSE OU BD OU CREMER OU SIMILAR, EQUIVALENTE OU DE QUALIDADE SUPERIOR. UNIDADE DE REF.: PACOTE COM 500 UNIDADES. CATMAT 269971	269971	PC 500 UN	55	109	109	R\$ 85,63	R\$ 9.333,67
121	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL NITRÍLICO, TAMANHO 7, ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 COM, ISENTA DE LÁTEX, APRESENTAÇÃO SEM PÓ, ATÓXICA, ANTIALÉRGICA, TIP USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, EMBALAGEM CONFORME NORMA ABNT (QUANTIDADE 200 PARES). CATMAT: 620105	620105	PAR			200	R\$ 15,00	R\$ 3.000,00
122	LUVA CIRÚRGICA, MATERIAL NITRÍLICO, TAMANHO 7,5, ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: COMPRIMENTO MÍNIMO DE 28 COM, ISENTA DE LÁTEX, APRESENTAÇÃO SEM PÓ, ATÓXICA, ANTIALÉRGICA, TIP USO DESCARTÁVEL, FORMATO ANATÔMICO, EMBALAGEM CONFORME NORMA ABNT (QUANTIDADE 200 PARES). CATMAT: 620105	620105	PAR			200	R\$ 16,85	R\$ 3.370,00
123	OXÍMETRO USO MÉDICO, TIPO: DEDO, FAIXA MEDIÇÃO SATURAÇÃO 1:0 A 100%, FAIXA MEDIÇÃO PULSO 1:CERCA DE 20 A 250 BPM, AUTONOMIA SISTEMA 1:CERCA 24H, ALIMENTAÇÃO: PILHA.	441983	UN			2	R\$ 129,99	R\$ 259,98
124	TERMÔMETRO CLÍNICO DIGITAL, ESCALA TERMOMÉTRICA EM GRAUS CELSIUS, FORMA DE MEDIÇÃO NA AXILA, DESLIGAMENTO AUTOMÁTICO;	435801	UN			2	R\$ 21,25	R\$ 42,50

	COMPOSIÇÃO: PLÁSTICO; ALIMENTAÇÃO COM BATERIA EMBUTIDA; DURAÇÃO DA BATERIA DE APROXIMADAMENTE 2.000 USOS; A PROVA DÁGUA, APROVADO PELO INMETRO.							
VALOR TOTAL ESTIMADO								R\$ 1.609.183,1

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, das unidades da GUARNAE-RF.

DONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE (OARF)			
ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIF.	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL
1	Conforme a TABELA acima.	KIT	56
2	Conforme a TABELA acima.	KIT	53
3	Conforme a TABELA acima.	FR 200 ML	169
4	Conforme a TABELA acima.	PC 3 FR 2,5 ML	719
5	Conforme a TABELA acima.	RL 50 CM	169
6	Conforme a TABELA acima.	UN	43
7	Conforme a TABELA acima.	UN	87
8	Conforme a TABELA acima.	UN	119
9	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	550
10	Conforme a TABELA acima.	KIT	250
11	Conforme a TABELA acima.	FR 200 ML	113
12	Conforme a TABELA acima.	UN	40
13	Conforme a TABELA acima.	FR 1 L	860
14	Conforme a TABELA acima.	UN	712
15	Conforme a TABELA acima.	PC 100 UN	1205
16	Conforme a TABELA acima.	PC 100 UN	278
17	Conforme a TABELA acima.	PC 500 UN	876
18	Conforme a TABELA acima.	FR 250 ML	222
19	Conforme a TABELA acima.	UN	220
20	Conforme a TABELA acima.	PC 100 UN	679
21	Conforme a TABELA acima.	UN	38
22	Conforme a TABELA acima.	UN	561
23	Conforme a TABELA acima.	UN	521
24	Conforme a TABELA acima.	UN	330
25	Conforme a TABELA acima.	UN	276
26	Conforme a TABELA acima.	UN	591
27	Conforme a TABELA acima.	UN	457
28	Conforme a TABELA acima.	UN	460
29	Conforme a TABELA acima.	UN	440
30	Conforme a TABELA acima.	UN	205
31	Conforme a TABELA acima.	UN	180
32	Conforme a TABELA acima.	UN	200
33	Conforme a TABELA acima.	UN	225
34	Conforme a TABELA acima.	KIT	173
35	Conforme a TABELA acima.	KIT 20 UN	112
36	Conforme a TABELA acima.	UN	44
37	Conforme a TABELA acima.	UN	110
38	Conforme a TABELA acima.	KIT	32
39	Conforme a TABELA acima.	UN	80

40	Conforme a TABELA acima.	UN	51
41	Conforme a TABELA acima.	UN	75
42	Conforme a TABELA acima.	UN	99
43	Conforme a TABELA acima.	UN	47
44	Conforme a TABELA acima.	UN	165
45	Conforme a TABELA acima.	UN	185
46	Conforme a TABELA acima.	PC 5 UN	142
47	Conforme a TABELA acima.	CX 50 CS	166
48	Conforme a TABELA acima.	UN	55
49	Conforme a TABELA acima.	UN	21
50	Conforme a TABELA acima.	UN	20
51	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	1558
52	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	1182
53	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	1350
54	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	570
55	Conforme a TABELA acima.	CX 3 UN	42
56	Conforme a TABELA acima.	CX 6 UN	75
57	Conforme a TABELA acima.	BS 10 ML	37
58	Conforme a TABELA acima.	FR 5 ML	48
59	Conforme a TABELA acima.	SR	84
60	Conforme a TABELA acima.	PC 40 UN	1460
61	Conforme a TABELA acima.	PC 10 UN	2776
62	Conforme a TABELA acima.	UN	2095
63	Conforme a TABELA acima.	PC 10 UN	890
64	Conforme a TABELA acima.	UN	515
65	Conforme a TABELA acima.	UN	53
66	Conforme a TABELA acima.	UN	78
67	Conforme a TABELA acima.	UN	72
68	Conforme a TABELA acima.	UN	38
69	Conforme a TABELA acima.	UN	39
70	Conforme a TABELA acima.	UN	51
71	Conforme a TABELA acima.	UN	93
72	Conforme a TABELA acima.	UN	27
73	Conforme a TABELA acima.	UN	42
74	Conforme a TABELA acima.	UN	39
75	Conforme a TABELA acima.	PT 25 G	94
76	Conforme a TABELA acima.	UN	77
77	Conforme a TABELA acima.	UN	28
78	Conforme a TABELA acima.	UN	35
79	Conforme a TABELA acima.	UN	44
80	Conforme a TABELA acima.	UN	70
81	Conforme a TABELA acima.	UN	32
82	Conforme a TABELA acima.	UN	59
83	Conforme a TABELA acima.	UN	25
84	Conforme a TABELA acima.	UN	23
85	Conforme a TABELA acima.	UN	26
86	Conforme a TABELA acima.	UN	17
87	Conforme a TABELA acima.	UN	14
88	Conforme a TABELA acima.	UN	14

8	Conforme a TABELA acima.	UN	10	0	0	3	13
9	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	5	0	0	3	8
10	Conforme a TABELA acima.	KIT	0	0	0	0	0
11	Conforme a TABELA acima.	FR 200 ML	2	0	0	1	3
12	Conforme a TABELA acima.	UN	0	0	0	1	1
13	Conforme a TABELA acima.	FR 1 L	20	0	0	5	25
14	Conforme a TABELA acima.	UN	15	0	0	10	25
15	Conforme a TABELA acima.	PC 100 UN	5	0	0	5	10
16	Conforme a TABELA acima.	PC 100 UN	5	0	0	1	6
17	Conforme a TABELA acima.	PC 500 UN	200	0	0	10	210
18	Conforme a TABELA acima.	FR 250 ML	5	0	0	5	10
19	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	2	7
20	Conforme a TABELA acima.	PC 100 UN	0	0	0	0	0
21	Conforme a TABELA acima.	UN	6	0	0	2	8
22	Conforme a TABELA acima.	UN	15	0	0	10	25
23	Conforme a TABELA acima.	UN	15	0	0	5	20
24	Conforme a TABELA acima.	UN	10	0	0	5	15
25	Conforme a TABELA acima.	UN	10	0	0	5	15
26	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	5	10
27	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	5	10
28	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	5	10
29	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	5	10
30	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	5	10
31	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	5	10
32	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	5	10
33	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	5	10
34	Conforme a TABELA acima.	KIT	3	0	0	1	4
35	Conforme a TABELA acima.	KIT 20 UN	2	0	0	1	3
36	Conforme a TABELA acima.	UN	2	0	0	1	3
37	Conforme a TABELA acima.	UN	0	0	0	0	0
38	Conforme a TABELA acima.	KIT	2	0	0	1	3
39	Conforme a TABELA acima.	UN	2	0	0	1	3
40	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	1	6
41	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	1	6
42	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	1	6
43	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	1	6
44	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	1	6
45	Conforme a TABELA acima.	UN	5	0	0	1	6
46	Conforme a TABELA acima.	PC 5 UN	0	0	0	0	0
47	Conforme a TABELA acima.	CX 50 CS	5	0	0	1	6
48	Conforme a TABELA acima.	UN	0	0	0	0	0
49	Conforme a TABELA acima.	UN	2	0	0	1	3
50	Conforme a TABELA acima.	UN	2	0	0	1	3
51	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	0	0	0	0	0
52	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	20	0	0	5	25
53	Conforme a TABELA acima.	CX 100 UN	20	0	0	3	23

101	Conforme a TABELA acima.	CX 280 TR	0	0	0	0	0
102	Conforme a TABELA acima.	CX 250 CM	0	0	0	0	0
103	Conforme a TABELA acima.	CX 250 CM	0	0	0	0	0
104	Conforme a TABELA acima.	CX 250 CM	0	0	0	0	0
105	Conforme a TABELA acima.	FR 10 ML	0	0	0	0	0
106	Conforme a TABELA acima.	KIT 2 UN	0	0	0	0	0
107	Conforme a TABELA acima.	KIT 2 UN	0	0	0	0	0
108	Conforme a TABELA acima.	KIT	0	0	0	0	0
109	Conforme a TABELA acima.	RL 50 CM	0	0	0	0	0
110	Conforme a TABELA acima.	UN	0	0	0	0	0
111	Conforme a TABELA acima.	UN	0	0	0	0	0
112	Conforme a TABELA acima.	UN	0	0	0	0	0
113	Conforme a TABELA acima.	EN 12 UN	0	0	0	0	0
114	Conforme a TABELA acima.	PAR	0	0	0	0	0
115	Conforme a TABELA acima.	PAR	0	0	0	5	5
116	Conforme a TABELA acima.	PAR	0	0	0	10	10
117	Conforme a TABELA acima.	PAR	0	0	0	5	5
118	Conforme a TABELA acima.	SR 2,5 ML	0	0	0	0	0
119	Conforme a TABELA acima.	PC 10 UN	0	0	0	0	0
120	Conforme a TABELA acima.	PC 500 UN	20	0	0	1	21
121	Conforme a TABELA acima.	PAR	0	0	0	0	0
122	Conforme a TABELA acima.	PAR	0	0	0	0	0
123	Conforme a TABELA acima.	UN	0	0	0	0	0
124	Conforme a TABELA acima.	UN	0	0	0	0	0

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. Havendo divergências quanto ao código/descrição do CATMAT e a descrição na tabela acima, valem as especificações detalhadas neste Termo de Referência.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 90 (noventa) dias contados do Recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

1.6. O fornecimento de bens é enquadrado como não contínuo tendo em vista os apontamentos citados no Estudo Técnico Preliminar;

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.8. Os bens objeto desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto no 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 conforme detalhamento a seguir: <https://pncp.gov.br/app/pca/00394429000100/2025/29>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. O transporte e armazenamento dos produtos deverão seguir as condições adequadas de temperatura, umidade e segurança, evitando perdas, contaminação ou exposição desnecessária;

4.1.2. Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

4.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

4.1.4. Que os bens sejam, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.1.5. Evitar o uso de materiais nocivos ao meio ambiente (como PVC, chumbo, cádmio e outros metais pesados acima dos limites previstos em diretivas ambientais internacionais);

4.1.6. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;

4.1.7. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;

4.1.8. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;

4.1.9. Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;

4.1.10. Incentivar o cumprimento de normas trabalhistas e de segurança, conforme a NR-32 do Ministério do Trabalho, que trata da segurança em serviços de saúde;

4.1.11. Produção e origem dos produtos a) Priorizar produtos de fabricantes regularizados junto à ANVISA, com boas práticas de fabricação certificadas, que adotem medidas de eficiência energética, reaproveitamento de resíduos e reduzam a emissão de poluentes em seus processos industriais;

4.1.12. Evitar práticas discriminatórias e promover condições éticas e seguras em toda a cadeia de fornecimento.

4.1.13. Destinação ambiental adequada das embalagens e resíduos, que decorrerem da aquisição, após sua utilização, considerando sua qualificação: recicláveis, não recicláveis, orgânicos, perigosos, eletroeletrônicos, resíduos de saúde e rejeitos.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

4.4. Na presente licitação, será realizada a reserva de cota de até vinte e cinco por cento do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

4.4.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos fornecedores remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

4.4.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

4.4.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

4.4.4. Itens 17 e 61 – Identificado como COTA PRINCIPAL COM AMPLA CONCORRÊNCIA, correspondente a 90% (noventa por cento) da quantidade do item do objeto, destinado à participação dos interessados que atendam aos requisitos deste Termo de Referência.

4.4.5. Itens 120 e 119 – Identificado como COTA RESERVADA, corresponde a 10% (dez por cento) da quantidade do item do objeto, destinado à participação exclusiva das Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedor Individual – MEI, sem prejuízo da sua participação na cota.

4.4.6. principal, conforme Art. 48, Inc. III da Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho em remessa única.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro horas) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Odontoclínica de Aeronáutica de Recife, nas instalações do Hospital de Aeronáutica de Recife, no endereço: Avenida Senador Sérgio Guerra (antiga Avenida Beira Mar), nº 606, Piedade, Jaboatão dos Guararapes, CEP 54.400-003, na Seção de Apoio de Material (SAMT) da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife, de segunda a quinta-feira, no horário das 8 horas às 17 horas.

5.4. Na etapa de seleção dos fornecedores deverá ser anexado catálogos técnicos, manuais e/ou fichas de especificação técnica, emitidos pelo fabricante, que possam comprovar que o objeto (modelo/marca) ofertado pela licitante, possui especificações técnicas compatíveis com as exigências licitatórias.

5.5. O prazo de validade dos produtos deverá ser de pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo total recomendado pelo fabricante, desde que não inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega; salvo os casos em que o fabricante estipula prazo de validade inferior ao mínimo exigido nesta cláusula.

5.6. No momento da entrega dos materiais os mesmos devem estar acondicionados adequadamente e na embalagem original. Não serão aceitos materiais com especificação ou marca diferente daquela ofertada e aceita na licitação.

5.7. Não serão aceitos produtos com embalagens amassadas, estufadas, enferrujadas, trincadas, com furos ou vazamentos, rasgadas, abertas ou com outro tipo de defeito.

5.8. Os materiais serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) fiscal técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.9. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 6.15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

- 6.16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo

agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.16.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.16.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de até o limite de 10 (dez) dias , aplicada em conformidade com a PORTARIA GABAER Nº 623/GC4, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2023.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, da contratação até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5 % (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato da contratação prevista acima na alínea “ c ”, de 5 % (cinco por cento) a 10 % (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “ b ”, de 2 % (dois por cento) a 5 % (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 2% (dois por cento) a 5 % (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6.1. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “ a ”, de 2 % (dois por cento) a 5 % (cinco por cento) do valor da contratação;

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.8. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.10. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.11. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.11.1. o prazo de validade;

8.11.2. a data da emissão;

8.11.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.11.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.11.5. o valor a pagar; e

8.11.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.12. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.13. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.14.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.14.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.15. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.16. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.17. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.18. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.19. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.20. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre

o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.21. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.22. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.23. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.24. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.25. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.26. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.26.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.26.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.26.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.26.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.27. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em 26/12/2025.

8.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidos Amplo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.3.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa a tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Comprovante de registro do profissional técnico responsável da empresa licitante junto ao Conselho Regional de Competente (Lei no 5.991/1973 e MP no 2.190/34/2001).

9.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.23. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.24. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.25. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

$$\begin{aligned} \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\ \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \end{aligned}$$

9.26. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

9.27. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

9.28. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.29. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.30. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

9.32. No que tange aos critérios de Qualificação Técnica, os licitantes deverão ANEXAR no COMPRASNET, os seguintes documentos técnicos, se aplicável:

9.32.1. Autorização de Funcionamento expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA (Lei 6.360/1976 – Decreto 8.077/2013).

9.32.2. A exigência prevista no item anterior é aplicável apenas às empresas licitantes que, por força de disposição legal, devem possuir a “Autorização de Funcionamento expedida pela ANVISA/Ministério da Saúde”. As empresas licitantes legalmente dispensadas da referida “Autorização de Funcionamento” deverão comprovar tal condição mediante apresentação de documento probatório específico e idôneo ou mediante declaração formal equivalente, firmada pela própria empresa licitante, e prestada sob compromisso e sob as penas da lei,

em especial do disposto no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

9.33. Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal com validade em vigor (Lei 6.360/1976 – Decreto 8.077/2013);

9.33.1. A exigência prevista no item anterior é aplicável apenas às empresas licitantes que, por força de disposição legal, devam possuir a referida “Licença ou Alvará Sanitário emitida pela Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal”. As licitantes legalmente dispensadas da referida “Licença ou Alvará de Funcionamento” deverão comprovar tal condição mediante apresentação de documento probatório específico e idôneo ou mediante declaração formal equivalente, firmada pela própria empresa licitante, e prestada sob compromisso e sob as penas da lei, em especial do disposto no art. 299 do Código Penal Brasileiro.

9.34. Registro do profissional técnico responsável da empresa licitante junto ao Conselho Regional Competente (Lei no 5.991/1973 e MP no 2.190/34/2001), em plena validade;

9.34.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.35. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.35.2. Fornecimento de materiais odontológicos e/ou ortodônticos (insumos médicos de natureza semelhante), que exijam controle de lote, validade e armazenamento técnico.

9.35.3 . Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.35.4. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.5. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 1.609.183,18 (um milhão, seiscentos e nove mil, cento e oitenta e e três reais e dezoito centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1 . FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário deverá observar o prazo e as condições estabelecidas no edital de licitação após sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, Nota de Empenho, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, caso necessário;

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3. Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia

aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em Pernambuco, Seção Judiciária de Recife, para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1o, da Lei no 14.133, de 2021.

ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento,..... declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº...../2026. , bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Encaminhado para conhecimento.

JERLUCIA CAVALCANTI DAS NEVES MELO

Equipe de planejamento

Despacho: Encaminhado para conhecimento.

GISELE CRUZ CAMBOIM RAPOSO

Equipe de planejamento

Despacho: Encaminho para conhecimento.

RAFAELA VILELA BRITO BRAZ

Equipe de planejamento.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PLS 2025 - 2026 com Portaria de aprovacao.pdf (655.94 KB)
- Anexo II - BOLETIM.DT.pdf (3.1 KB)

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE



LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

PLS 2025-2026

**PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL
DA ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE
(OARF)**



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE

PORTARIA OARF Nº 3/SECDIR , DE 30 DE JULHO DE 2025.
Protocolo COMAER nº 67445.001792/2025-48

Aprova a edição do Plano de
Gestão de Logística Sustentável da
Odontoclínica de Aeronáutica de Recife.

A DIRETORA DA ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE , no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso III do art. 7º do Regulamento de Odontoclínica de Aeronáutica (ROCA 21-16/2017), combinado com o previsto na ICA 83-1 "Controle de Gestão Ambiental no âmbito do COMAER", aprovada pela Portaria DIRINFRA nº 283/DCI, de 6 de setembro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição bianual do “Plano de Gestão de Logística Sustentável da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA NASCIMENTO MOUTINHO Cel Dent
Diretora da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife

SUMÁRIO

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	04
1.1 FINALIDADE	04
1.2 ÂMBITO	04
1.3 RESPONSABILIDADES	04
1.4 OBJETIVO GERAL	04
1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	04
2. CONTEÚDO DO PLANO	05
2.1 MATERIAIS DE CONSUMO	05
2.2 ENERGIA ELÉTRICA	07
2.3 USO DE ÁGUA	07
2.4 COLETA SELETIVA	08
2.5 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO	08
2.6 COMPRAS E CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS	10
2.7 CAPACITAÇÃO (EDUCAÇÃO AMBIENTAL)	10
2.8 SENSIBILIZAÇÃO (EDUCAÇÃO AMBIENTAL)	11
3. CRONOGRAMA DE ATIVIDADE	12
4. DISPOSIÇÕES FINAIS	14
5. REFERÊNCIAS	17

ANEXO A – Portaria de publicação da CGPLS da OARF

ANEXO B – Portaria de edição do PLS 2025-2026, publicada em Bol Int nº 145, de 05 de ago de 2025, do GAP RF

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Este Plano tem por finalidade estabelecer os objetivos, as metas e as ações para a inserção de práticas de sustentabilidade na gestão da logística na OARF, em atendimento ao Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017; à Instrução Normativa (IN) nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG); à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (MMA); e à ICA 83-1, que trata da Gestão Ambiental no Âmbito do Comando da Aeronáutica.

1.2 ÂMBITO

O presente Plano aplica-se às instalações pertencentes à OARF.

1.3 RESPONSABILIDADES

A responsabilidade pela elaboração e monitoramento do Plano de Logística Sustentável (PLS) é da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável (CGPLS) da OARF.

A responsabilidade pelo cumprimento do PLS é de todos os servidores civis e militares do efetivo da OARF.

1.4 OBJETIVO GERAL

Estabelecer diretrizes e um conjunto de ações para a inserção de atributos de sustentabilidade no ciclo da gestão ambiental da OARF.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Estabelecer os procedimentos que deverão ser adotados para minimizar os impactos decorrentes das atividades administrativas, logísticas e de preparo e emprego da OARF;
- promover uma boa gestão de recursos naturais e de materiais de consumo para redução dos gastos públicos, considerando os atributos de sustentabilidade;
- realizar o gerenciamento adequado dos resíduos gerados nas instalações da OARF por meio da redução da geração, além da destinação final ambientalmente adequada;
- desenvolver campanhas educativas de conscientização ambiental, de modo a implantar uma cultura organizacional pautada em práticas ambientais adequadas e de consumo sustentável;
- promover a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho e a integração do efetivo e demais colaboradores da OARF;

- ## 2. CONTEÚDO DO PLANO

Indicador	Descrição	2023	2024
ConsPB - Consumo de papel branco	Folhas de papéis brancos utilizados (un)	110.000	81.500
ConsPBPerCap - Consumo <i>per capita</i> de papel branco	ConsPB / total do efetivo (un/pessoa)	667	582
ConsCD - Consumo de copos, talheres, pratos e outros descartáveis	Descartáveis utilizados (un)	89.000	61.300
ConsCDPerCap – Consumo <i>per capita</i> de copos, talheres, pratos e outros descartáveis	ConsCD / total do efetivo (un/pessoa)	540	438
ConsCi - Consumo de cópias de impressão	Cópias utilizadas (un)	77.940	53.065
ConsCiPerCap - Consumo <i>per</i>	ConsCi / total do efetivo	472	379

PLS 2025-2026

capita de cópias de impressão	(un/pessoa)		
-------------------------------	-------------	--	--

- Diagnóstico: maior controle do consumo de papel branco pelas seções, além da substituição das impressoras antigas, localizadas dentro dos setores, por impressoras mais modernas em ponto estratégico e central, com contrato de serviço de impressão que identifica o usuário e quantifica cópias; substituição de documentos impressos por digitais, em consonância com o projeto “OSA Digital”, da DIRSA; pouca utilização do modo de impressão “frente e verso” e de adesão à utilização da Ecofont (desenvolvida para economia de tinta nas impressões); adoção de copos e canecas por militares do efetivo após campanhas de conscientização de “Adote uma caneca”, com disposição de local para armazenamento destas e, ainda, doação de copos, canecas e outros utensílios de cozinha que ficam disponíveis para o efetivo e visitantes na copa; uso de copos descartáveis pelos pacientes sem sua reutilização.

- Metas: redução do consumo de papel e cópias do contrato de impressões em 20%, com base no consumo total do ano anterior; reduzir em 5% o consumo de copos descartáveis na OM pelo efetivo e visitantes (pacientes).

- Ações a realizar:

Ação	Responsável	Data de início	Data final
Substituir o uso de documento impresso por documento digital (Projeto OSA Digital)	Todo o efetivo	Jul/2025	Dez/2026
Controlar mensalmente contabilização de cópias de impressões	Fiscal de contrato/ CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Configurar impressões frente e verso como modo padrão, sempre que possível	Todo o efetivo	Jul/2025	Dez/2026
Utilizar papéis impressos em apenas um lado para confecção de blocos de rascunho	Todo o efetivo	Jul/2025	Dez/2026
Tornar padrão o uso de fonte que economize tinta durante a impressão em todos os computadores, como, por exemplo, a Ecofont	CGPLS	Jul/2025	Set/2025
Monitorar mensalmente o consumo de resmas e copos descartáveis pelas seções	Almoxarifado (membro CGPLS)	Jul/2025	Dez/2026
Realizar campanha de conscientização para estimular os pacientes a reutilizarem o copo descartável durante seu período de permanência na Unidade	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Realização de campanhas de sensibilização	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026

PLS 2025-2026

para conscientizar o efetivo da OARF a trazer suas garrafas e copos.			
----------------------------------------------------------------------	--	--	--

2.2 ENERGIA ELÉTRICA

- Objetivo: observar o disposto no Programa de Eficiência Energética (PEE) no âmbito do COMAER (DCA 14-13 e ICA 400-54) para fins de redução do consumo de energia elétrica.

- Diagnóstico: a OARF está localizada dentro dos limites do terreno do Hospital de Aeronáutica de Recife (HARF), portanto não há medições individualizadas do consumo, e sim, um consumo unificado das duas organizações militares. Por isso, não há possibilidade de mensurar o consumo de energia elétrica da OARF. Foi realizada inspeção da situação atual das instalações elétricas da OARF e feito o projeto de redimensionamento e modernização da rede, que aguarda aprovação para execução. Além disso, todas as lâmpadas nas dependências da unidade são de LED, mais eficientes e econômicas, e os aparelhos condicionadores de ar são mantidos com frequência, evitando que a sujeira prejudique seu rendimento. Por se tratar de uma organização de saúde com grande trânsito de pessoas do efetivo e pacientes, o uso de sensores de presença para iluminação não são adequados. Por fim, foi instalada usina fotovoltaica nas dependências do complexo HARF-OARF, de forma que cerca de 15% da demanda de consumo de energia, atualmente, é contemplada pela geração de energia solar.

- Metas: redução no consumo de energia elétrica em 5%.

- Ações a realizar:

Ação	Responsável	Data de início	Data final
Desligar monitores, iluminação e condicionadores de ar ao se ausentar do ambiente de trabalho por mais de 30 min	Todo o efetivo	Jul/2025	Dez/2026
Realizar campanhas de sensibilização na Instituição para redução do consumo de energia elétrica.	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026

2.3 USO DA ÁGUA

- Objetivo: promover uma boa gestão de recursos naturais para redução dos desperdícios e dos gastos públicos.

- Diagnóstico: em virtude desta Organização Militar estar localizada dentro dos limites do terreno do HARF e, devido ao fato de não haver hidrômetro individualizado para a OARF, não há como mensurar o consumo de água desta OSA.

- Ações a realizar:

PLS 2025-2026

Ação	Responsável	Data de início	Data final
Realizar manutenção preventiva da rede hidráulica, para evitar vazamentos	SAIN (membro CGPLS)	Jul/2025	Dez/2026
Realizar campanhas de sensibilização	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Inspeccionar a condição das torneiras e seus componentes para evitar o desperdício de água.	SAIN (membro CGPLS)	Jul/2025	Dez/2026

2.4 COLETA SELETIVA

- **Objetivo:** realizar o gerenciamento adequado dos resíduos gerados nas instalações da OM por meio da redução da geração e destinação final ambientalmente correta.

- **Diagnóstico:** dentro dos consultórios, são utilizados dois sistemas de coleta dos resíduos - um para resíduos comuns e outro para os infectantes. Além do serviço de coleta de resíduos gerados pelos procedimentos de atenção à saúde e perfurocortantes, que são realizados por uma empresa terceirizada, a OARF iniciou o processo de separação do lixo para copos descartáveis, papelão e papel, mas não possui ainda coletores específicos de plástico, papel, metal e vidro em suas instalações, embora estejam sendo providenciados. Os materiais recicláveis separados são encaminhados a uma cooperativa local, a pesagem dessa coleta iniciou no ano de 2025 e os indicadores serão incluídos no Relatório Anual Ambiental.

- **Metas:** disponibilizar coletores para separação dos resíduos recicláveis e realizar a separação total (100%) dos resíduos recicláveis, orgânicos e inservíveis (Res. CONAMA nº 275/2001).

- **Ações a realizar:**

Ação	Responsável	Data de início	Data final
Promover campanhas educativas ao efetivo e visitantes	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Adquirir coletores seletivos e providenciar a localização estratégica dos mesmos	ASSAP/CGPLS	Jul/2025	Dez/2025
Otimizar o processo de separação do lixo e encaminhar os resíduos recicláveis às cooperativas locais.	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026

2.5 QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

- **Objetivo:** promover melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho de modo a evitar doenças ocupacionais por meio de ações preventivas de saúde e de segurança para melhor

PLS 2025-2026

desempenho das atividades produtivas no trabalho. O ambiente de trabalho humanizado visa proporcionar ao efetivo segurança à saúde física e mental em benefício da produtividade no trabalho.

- Diagnóstico: atualmente, a ferramenta para análise de fatores relacionados à qualidade de vida no ambiente de trabalho (pesquisa de satisfação) é realizada a nível nacional; no entanto, existem diversas iniciativas promovidas na GUARNAE-RF e, especificamente, na OARF, que auxiliam na melhoria da saúde física, mental e emocional do efetivo, como o Programa de Fortalecimento de Valores, de Educação Financeira, o programa Acolhendo o acolhedor (voltado para o efetivo dos quadros de Saúde), bem como eventos sociais e desportivos que promovem a integração interpessoal e o incentivo à prática de atividade física. Além disso, são realizadas medidas periódicas de manutenção de aparelhos e dispositivos (lâmpadas, condicionadores de ar, equipamentos odontológicos) que contribuem significativamente para um ambiente físico de trabalho adequado.

- Metas: promover palestras mensais com o efetivo sobre o tema; conscientizar o efetivo sobre condutas que evitem acidentes no ambiente de trabalho; atingir a meta de redução de uso de materiais de consumo e, por consequência, a geração de resíduos; estimular o efetivo sobre a prática de sustentabilidade e educação ambiental; otimizar as medidas que promovem um ambiente físico de trabalho seguro e saudável.

- Ações a realizar:

Ação	Responsável	Data de início	Data final
Promover confraternizações e atividades de integração entre o efetivo	Secretaria da Direção e CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Realizar atividades para incentivar o efetivo à prática de atividades físicas	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Promover informativos virtuais e palestras sobre segurança do trabalho, prevenção de acidentes e saúde física e mental do trabalhador	Seção de Segurança Orgânica e CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Realizar palestras de conscientização de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho e fora dele	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Manter ativos os Programas de Fortalecimento de Valores, de Educação Financeira e Acolhendo o Acolhedor.	Elos da GUARNAE-RF	Jul/2025	Dez/2026

- **Objetivo:** tornar as compras e contratações sustentáveis, sempre que possível, por meio da inclusão de critérios ambientais, sociais e econômicos nos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) e Termos de Referência (TR), conforme orientações da Lei nº 14.133/2021, da Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

- Diagnóstico: atualmente, os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) já consideram possíveis impactos ambientais e os Termos de Referência (TR) incluem critérios de sustentabilidade, sempre com base nas orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e do Guia da Advocacia-Geral da União (AGU). A inclusão desses critérios está sendo conduzida com base na normativa vigente e nas diretrizes legais da Lei nº 14.133/2021, respeitando sempre a realidade do mercado fornecedor local.

- Metas: garantir a análise da viabilidade de critérios sustentáveis em 100% dos TRs e ETPs; elaborar e adotar check-list padronizado de análise sustentável nos TRs; monitorar, semestralmente, o grau de adoção dos critérios sustentáveis e capacitar a equipe técnica sobre contratações sustentáveis e documentação viável.

- Ações a realizar:

Ação	Responsável	Data de início	Data final
Manter atualizados os modelos de TRs e ETPs com os critérios sustentáveis	SAC	Jul/2025	Dez/2026
Criar e implantar check-list padronizado nos fluxos internos de contratação	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Monitorar os critérios sustentáveis por meio de relatórios semestrais	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Capacitar equipe técnica sobre boas práticas sustentáveis e exigências viáveis.	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026

- Objetivo: habilitar os militares que atuarão na Gestão Ambiental da OM.

- Diagnóstico: não há profissionais com capacitação na área de gestão ambiental na OM.

- Metas: capacitar 100% do efetivo envolvido com a gestão ambiental da OM, bem como todo militar ou civil do efetivo que manifeste o interesse.

- Ações a realizar:

Ação	Responsável	Data de início	Data final
Capacitar os membros da CGPLS com curso EaD da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – “Plano Diretor de Logística Sustentável: metodologia de construção, implementação e monitoramento” e/ou similares	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Indicar militares do efetivo para o Curso de Gestão Ambiental do COMAER (CGA) 2026 (EaD)	CGPLS	Jan/2026	Dez/2026
Elaborar plano de capacitação por meio de palestras, reuniões, cursos, oficinas e ações práticas em conjunto com a comunidade civil	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Realizar campanhas educativas trimestrais	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Buscar programas e projetos em Educação Ambiental para atuar em parceria com escolas, universidades, ONGs e empresas públicas e privadas.	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026

2.8 SENSIBILIZAÇÃO (EDUCAÇÃO AMBIENTAL)

- Objetivo: criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental no efetivo da OM.
- Diagnóstico: existe a necessidade de implementar ações que envolvam o efetivo visando ao bem comum e à melhoria da qualidade de vida de todos, a partir da redução do consumo, do correto descarte de resíduos e do reaproveitamento de materiais.
- Metas: orientar 100% do efetivo sobre o tema; melhorar o processo de destinação de resíduos sólidos.
- Ações a realizar:

Ação	Responsável	Data de início	Data final
Divulgar ao efetivo o PLS aprovado e suas ações	CGPLS e Secretaria da Direção	Ago/2025	Dez/2026
Celebrar datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade por meio de informativos digitais e ações práticas locais	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Realizar palestras trimestrais sobre	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026

PLS 2025-2026

conscientização ambiental			
Promover campanhas solidárias voltadas a instituições que promovem a proteção do meio ambiente	CGPLS	Jul/2025	Dez/2026
Promover “Bazar Sustentável” como ação de incentivo ao consumo consciente e reaproveitamento de materiais.	CGPLS Todo o efetivo	Jul/2025	Dez/2026

2.9 CRONOGRAMA DE AÇÕES/ATIVIDADES

ATIVIDADES	2025		2026	
	JUL	DEZ	JUL	DEZ
Materiais de consumo				
Substituir o uso de documento impresso por documento digital (Projeto OSA Digital)	x	x	x	x
Controlar mensalmente contabilização de cópias de impressões	x	x	x	x
Configurar impressões frente e verso como modo padrão, sempre que possível	x	x	x	x
Utilizar papéis impressos em apenas um lado para confecção de blocos de rascunho	x	x	x	x
Tornar padrão o uso de fonte que economize tinta durante a impressão em todos os computadores, como, por exemplo, a Ecofont	x	x	x	x
Monitorar mensalmente o consumo de resmas e copos descartáveis pelas seções	x	x	x	x
Realizar campanha de conscientização para estimular os pacientes a reutilizarem o copo descartável durante seu período de permanência na Unidade	x	x	x	x
Realização de campanhas de sensibilização para conscientizar o efetivo da OARF a trazer suas garrafas e copos	x	x	x	x
Energia elétrica				
Desligar monitores, iluminação e condicionadores de ar ao se ausentar do ambiente de trabalho por mais de 30 min	x	x	x	x
Realizar campanhas de sensibilização na Instituição para redução do consumo de energia elétrica	x	x	x	x
Uso da água				
Realizar manutenção preventiva da rede hidráulica, para evitar vazamentos	x	x	x	x

PLS 2025-2026

Realizar campanhas de sensibilização	x	x	x	x
Inspeccionar a condição das torneiras e seus componentes para evitar o desperdício de água	x	x	x	x
Coleta seletiva				
Promover campanhas educativas ao efetivo e visitantes	x	x	x	x
Adquirir coletores seletivos e providenciar a localização estratégica dos mesmos	x	x	x	x
Otimizar o processo de separação do lixo e encaminhar os resíduos recicláveis às cooperativas locais	x	x	x	x
Qualidade de vida no ambiente de trabalho				
Promover confraternizações e atividades de integração entre o efetivo	x	x	x	x
Realizar atividades para incentivar o efetivo à prática de atividades físicas	x	x	x	x
Promover informativos virtuais e palestras sobre segurança do trabalho, prevenção de acidentes e saúde física e mental do trabalhador	x	x	x	x
Realizar palestras de conscientização de práticas de sustentabilidade no ambiente de trabalho e fora dele	x	x	x	x
Manter ativos os Programas de Fortalecimento de Valores, de Educação Financeira e Acolhendo o Acolhedor	x	x	x	x
Compras e contratações sustentáveis				
Manter atualizados os modelos de TRs e ETPs com os critérios sustentáveis	x	x	x	x
Criar e implantar check-list padronizado nos fluxos internos de contratação	x	x	x	x
Monitorar os critérios sustentáveis por meio de relatórios semestrais	x	x	x	x
Capacitar equipe técnica sobre boas práticas sustentáveis e exigências viáveis.	x	x	x	x
Capacitação (educação ambiental)				
Capacitar os membros da CGPLS com curso EaD da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – “Plano Diretor de Logística Sustentável: metodologia de construção, implementação e monitoramento” e/ou similares	x	x	x	x
Indicar militares do efetivo para o Curso de Gestão Ambiental do COMAER (CGA) 2026 (EaD)	x	x	x	x
Elaborar plano de capacitação por meio de palestras, reuniões,	x	x	x	x

cursos, oficinas e ações práticas em conjunto com a comunidade civil				
Realizar campanhas educativas trimestrais	x	x	x	x
Buscar programas e projetos em Educação Ambiental para atuar em parceria com escolas, universidades, ONGs e empresas públicas e privadas	x	x	x	x
Sensibilização (educação ambiental)				
Divulgar ao efetivo o PLS aprovado e suas ações	x	x	x	x
Celebrar datas comemorativas relacionadas à sustentabilidade por meio de informativos digitais e ações práticas locais	x	x	x	x
Realizar palestras trimestrais sobre conscientização ambiental	x	x	x	x
Promover campanhas solidárias voltadas a instituições que promovem a proteção do meio ambiente	x	x	x	x
Promover “Bazar Sustentável” como ação de incentivo ao consumo consciente e reaproveitamento de materiais.	x	x	x	x

3. DISPOSIÇÕES GERAIS

3.1 ASPECTOS E IMPACTOS AMBIENTAIS

A OARF está localizada dentro de área patrimonial do HARF e desenvolve atividades próprias da Saúde, que geram resíduos sólidos infectantes e perfurocortantes. Estes resíduos são devidamente separados no local da geração e, em seguida, coletados e destinados adequadamente por uma empresa terceirizada, portadora de licenciamento ambiental, contratada em conjunto com o HARF. O lixo e dejetos comuns são coletados pelo Município de Jaboatão dos Guararapes. Com a modernização e digitalização dos materiais e equipamentos odontológicos, os resíduos tóxicos anteriormente utilizados (mercúrio nas restaurações de amálgama, prata nas películas radiográficas convencionais, etc), foram gradualmente substituídos por outros não poluentes e deixaram de ser uma preocupação ambiental.

No tocante à previsão de obras, o Plano Diretor passou por recente processo de revisão para atender ao previsto na ICA 85-1/2023, o qual projeta três reformas de ampliações visando (1) a criação de sala com depósito para material da Seção de apoio de infraestrutura, (2) criação de vestiários de Oficiais, Graduados e Praças e (3) construção de um mini-auditório. O Plano está em trâmite para aprovação e publicação.

3.2 PUBLICIDADE

A seguir, seguem imagens referentes a ações e práticas de sustentabilidade realizadas na OARF:

PLS 2025-2026



Figura 1 – materiais recicláveis separados na OM e destinados à cooperativa local.



Figura 2 – local destinado a acondicionamento de canecas do efetivo visando à redução do consumo de copos descartáveis.

PLS 2025-2026



Figura 3 – impressora central para uso do efetivo em geral, com acesso por código individual, permitindo monitoramento de indicadores.



Figura 4 – instalação de usina fotovoltaica em edificação do HARF, viabilizando redução no consumo de energia elétrica do complexo HARF-OARF.



Figura 5 – atividade do programa “Acolhendo o acolhedor”, promovendo o incentivo à prática de atividade física ao efetivo.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

O acompanhamento das metas e ações previstas neste plano será realizado pela CGPLS por meio da análise semestral dos dados coletados e servirá como base para o processo de avaliação da eficácia das ações propostas, com o objetivo de identificar oportunidades de aprimoramento. Serão responsabilidades da CGPLS (1) coletar dados dos indicadores e estabelecer medidas para correção das discrepâncias encontradas; (2) realizar reuniões a cada dois meses entre seus membros para avaliar o desempenho das ações propostas; (3) elaborar o Relatório Ambiental Anual e (4) publicar as práticas de sustentabilidade já realizadas na página INTRAER da OARF.

5. REFERÊNCIAS






- [1] - DCA 14-12 - Política de Meio Ambiente do COMAER;
- [2] - NSCA 83-1 - Norma do Sistema de Gestão Ambiental do COMAER;
- [3] - ICA 83-1 - Gestão Ambiental no âmbito do COMAER;
- [4] - Lei nº 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

[5] - Portaria SEGES/ME nº 8.678/2021 - Governança das contratações públicas no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

- [6] – Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

6. ANEXOS

ANEXO A – Portaria de Nomeação OARF N° 2/SAPE, de 9 de janeiro de 2025

<p>   Perguntar ao Copilot </p>	<div data-bbox="507 636 1193 669"> <div> <div> <div>—</div> <div>+</div> <div>  </div> </div> <div> <div>1</div> <div>de 2</div> </div> <div>   </div> </div> </div> <div data-bbox="507 683 1193 1384"> <p>9 - PORTARIA - APROVAÇÃO - (4286)</p> <p>a) PORTARIA OARF nº 2/SAPE, DE 9 DE JANEIRO DE 2025. Protocolo COMAER nº 67445.000054/2025-83</p> <p>O DIRETOR DA ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso III do art. 7º do Regulamento de Odontoclínica de Aeronáutica (ROCA 21-16/2017), aprovado pela Portaria nº 1.408/GC3, de 26 de setembro de 2017, em atendimento ao Decreto nº 7.746, de 05 junho de 2012; Instrução Normativa (IN) nº 10, de 12 de novembro de 2012, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e ICA 83-1/2024, que trata do Controle e Gestão do Meio Ambiente no âmbito do Comando da Aeronáutica e conforme o Ofício nº 277/SSGA_NT /1187 de 27 de dezembro de 2024, Protocolo COMAER nº 67127.000850/2024-38, do SERINFRA-NT, resolve:</p> <p>Instituir a Comissão Gestora do Plano de Gestão de Logística Sustentável (CGPLS) da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife. A CGPLS terá a atribuição de elaborar, implantar, monitorar e revisar o Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) em conformidade com a ICA 83-1/2024, que trata do Controle e Gestão do Meio Ambiente. A CGPLS terá a seguinte composição:</p> <p>I - Presidente:</p> <p>a) Cap Dent Camila de Moraes e Santiago, Nr Ord 6663850.</p> <p>II - Membros:</p> <p>a) Cap Dent Thais Bacellar de Faria Sampaio, Nr Ord 6663478; b) 1º Ten Dent Thiago de Araújo Moutinho, Nr Ord 7439456; c) 2º Ten QOCon CCO Patricia Cordeiro Nunes, Nr Ord 7531109; d) 2º Ten QOCon Dent Aline Gonçalves Salvador, Nr Ord 7625391; e) 2º Ten QOCon Dent Mariana A. de S. Gama Oliveira, Nr Ord 7625383; f) SO SEL Jaeliton Araújo da Silva, Nr Ord 3426076;</p> <p><small>Documento assinado eletronicamente por LIZIAZNE LIMA em 14/02/2025 13:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.538 de 08/10/2015 da Presidência da República.</small></p> <p style="text-align: right;">294 317</p> </div> <div data-bbox="507 1397 1193 1736"> <p><small>BOLETIM INTERNO OSTENSIVO Nº 7, de 18 de jan de 2025, do(a) GAP RF</small></p> <p style="text-align: right;">295 317</p> <p>g) 1º SEF Jones Ferreira Martins, Nr Ord 2975610; e h) 1º BSP Raquel Feitosa Matias Lopes, Nr Ord 4202031.</p> <p>A CGPLS deverá seguir as instruções e regras estabelecidas para elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS previstas na ICA 83-1/2024, Controle e Gestão Ambiental no âmbito do Comando da Aeronáutica.</p> <p>O período de duração da Comissão será de 01/01/2025 a 31/12/2026.</p> <p>Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>Revoga-se a Portaria OARF nº 93/SAPE, de 26 de dezembro de 2023, publicada no Boletim Interno Ostensivo nº 243 de 28/12/2023 do GAP-RF.</p> <p>No Imp NARCISO FERREIRA DE ANDRADE Cel Dent Dir da OARF</p> <p>PAULA NASCIMENTO MOUTINHO Cel Dent</p> </div>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

PLS 2025-2026

ANEXO B – Portaria de aprovação OARF N° 3/SECDIR, de 30 de julho de 2025

BOLETIM INTERNO OSTENSIVO N° 145, de 05 de ago de 2025, do(a) GAP RF

122 / 123

Local do(a) HARF, para fins de controle médico periódico, conforme a letra L5, pertencente ao subgrupo IV - Funcionalmente estão obrigados à atividade de controle de tráfego aéreo ou à operação de estação aeronáutica., do(a) NSCA 160-9/2023 - INSPEÇÕES DE SAÚDE NO COMANDO DA AERONÁUTICA.

TERCEIRA PARTE
ASSUNTOS GERAIS E DE ADMINISTRAÇÃO
I - ASSUNTO GERAIS

1 - PORTARIA - APROVAÇÃO - (2267)

- a) PORTARIA OARF N° 3/SECDIR, DE 30 DE JULHO DE 2025.
 Protocolo COMAER no 67445.001792/2025-48

Aprova a edição do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife.

A DIRETORA DA ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso III do art. 7º do Regulamento de Odontoclínica de Aeronáutica (ROCA 21-16/2017), combinado com o previsto na ICA 83-1 "Controle de Gestão Ambiental no âmbito do COMAER", aprovada pela Portaria DIRINFRA n° 283/DCI, de 6 de setembro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição bianual do "Plano de Gestão de Logística Sustentável da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife", que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA NASCIMENTO MOUTINHO Cel Dent
 Diretora da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife

2 - TERMO DE ASSUNÇÃO DE CARGO - (8376)

- a) MINISTÉRIO DA DEFESA
 COMANDO DA AERONÁUTICA
 HOSPITAL DE AERONÁUTICA DE RECIFE

TERMO DE TRANSMISSÃO E ASSUNÇÃO DE CARGO

Da Chefe da SDENF
 Ao Sr Dirigente Máximo

1. PASSAGEM:

Comunico ao Senhor que, nesta data, passei o Cargo de Chefe da Subdivisão de Enfermagem (SDENF) do HARF, ao meu substituto legal, com carga a passar, cuja publicação ocorreu no Boletim Interno n° 113, de 17 de junho de 2025, do GAP-RF, a quem fiz a entrega:

- a) dos Bens Móveis Permanentes, constantes da Relação expedida pela Seção de Registro em 23 de julho de 2025, no valor de R\$ 3.222,92 (Três mil, duzentos e vinte e dois Reais e noventa e nove centavos).

Jaboatão dos Guararapes, 28 de julho de 2025.

122 / 123

5



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE

PORTARIA OARF Nº 3/SECDIR, DE 30 DE JULHO DE 2025.
Protocolo COMAER nº 67445.001792/2025-48

Aprova a edição do Plano de Gestão de Logística Sustentável da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife.

A DIRETORA DA ODONTOCLÍNICA DE AERONÁUTICA DE RECIFE, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso III do art. 7º do Regulamento de Odontoclínica de Aeronáutica (ROCA 21-16/2017), combinado com o previsto na ICA 83-1 "Controle de Gestão Ambiental no âmbito do COMAER", aprovada pela Portaria DIRINFRA nº 283/DCI, de 6 de setembro de 2024, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição bianual do “Plano de Gestão de Logística Sustentável da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULA NASCIMENTO MOUTINHO Cel Dent
Diretora da Odontoclínica de Aeronáutica de Recife



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	07/05/2026 14:05:04
Páginas do Documento:	62
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	64
Hash MD5:	f8674b1bec50421b164160a2813b6b93
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten RAFAELA VILELA BRITO BRAZ no dia 07/05/2026 às 14:06:14 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 1º Ten GISELE CRUZ CAMBOIM RAPOSO no dia 07/05/2026 às 15:26:31 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten DANIELE DE SOUSA MACÊDO no dia 11/05/2026 às 08:25:58 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major JERLUCIA CAVALCANTI DAS NEVES MELO no dia 11/05/2026 às 11:22:26 no horário oficial de Brasília.

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA
Data/Hora de Criação:	13/05/2026 14:25:57
Páginas do Documento:	64
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	65
Hash MD5:	ab53c695cb91c267f17a9907002b3f61
Verificação de Autenticidade:	https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ADAYRIS MAYARA LIMA E SILVA no dia 12/06/2026 às 11:29:29 no horário oficial de Brasília.